



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 15.856/12

ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – PENSÃO – ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS DO PECÚLIO – LEGALIDADE DO ATO CONCESSIVO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 3.533 / 2.014

1. DADOS SOBRE A PENSÃO:

1.1. BENEFICIÁRIOS E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

APARECIDA SOUSA SILVA	VITALÍCIA
-----------------------	-----------

1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):

1.2.1. Nome: **JOSÉ VICTOR DE OLIVEIRA**

1.2.2. Matrícula: **25.121-6**

1.2.3. Cargo/Função: **Vigilante Municipal**

1.2.4. Lotação: **Secretaria da Administração**

1.3. ATO:

1.3.1. Data: **24/08/2012**

1.3.2. Órgão e data de publicação: **Semanário Oficial nº 1336 (EXTRA), de 19 a 31 de agosto de 2012.**

1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente do IPM de João Pessoa, Senhor Cristiano Henrique Silva Souto**

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A DIAPG concluiu pela legalidade da pensão, razão pela qual se sugere o registro do ato concessório, formalizado pela Portaria de fls. 58.**

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.**

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato -- expedido por autoridade competente, em favor de beneficiário apto -- e do correspondente cálculo do pecúlio, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 26 de junho de 2014.

Conselheiro **Arthur Paredes Cunha Lima**
Presidente

Conselheiro Substituto **Marcos Antônio da Costa**
Relator

Marcílio Toscano Franca Filho
Representante do Ministério Público Especial junto ao TCE-PB